



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM  **de**
CONJUNTURA 
DO RIO GRANDE DO SUL
V. 3 N. 4



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL

V. 3 N. 4, dezembro 2021

Porto Alegre, RS

Bol. Conj. RS	Porto Alegre	v. 3	n. 4	p. 1-21	dez. 2021
---------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Equipe Técnica: Fernando Ioannides Lopes da Cruz, Martinho Roberto Lazzari, Tomás Amaral Torezani e Vanessa Neumann Sulzbach

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Normalização Bibliográfica: Kátia Midori Hiwatashi

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de conjuntura do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Condições econômicas. 2. Economia Internacional. 3. Economia – Brasil. 4. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 338.1

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

Publicação periódica trimestral que apresenta uma análise detalhada do desempenho da economia gaúcha no contexto dos mercados nacional e internacional.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 CENÁRIO EXTERNO	6
2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL	9
2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	9
2.2 INFLAÇÃO, JUROS E CONTAS PÚBLICAS	10
2.3 EXPECTATIVAS DE CRESCIMENTO	12
3 CENÁRIO INTERNO — RS	13
3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	13
3.2 SETOR EXTERNO	15
3.3 MERCADO DE TRABALHO	16
3.4 ARRECADAÇÃO DE ICMS	17
3.5 PERSPECTIVAS	17
PRINCIPAIS INDICADORES MENS AIS	19
REFERÊNCIAS	20

SUMÁRIO EXECUTIVO

A economia mundial seguiu crescendo no terceiro trimestre do ano, porém em um ritmo mais lento do que nos trimestres anteriores. Houve uma desaceleração forte do ritmo de recuperação dos Estados Unidos (0,5%, ante um crescimento de 1,6% no segundo trimestre), da China (0,2% ante 1,2%) e do Reino Unido (1,3% ante 5,5%). Gargalos persistentes nas cadeias globais de abastecimento de matérias-primas, custos crescentes de insumos, alimentos e bens duráveis, crises energéticas e reduções e/ou retiradas de auxílios econômicos ao redor do mundo afetaram o desempenho das principais economias no período. A Área do Euro foi exceção no período, ao apresentar continuidade de sua recuperação (2,2% contra 2,1% do trimestre anterior), dado seu atraso inicial na recuperação relativamente às demais economias.

Os países em desenvolvimento, nesse cenário, além de também serem afetados pelas questões supracitadas, têm sofrido com a escalada da inflação, que ensejou um ciclo de aperto monetário nessas economias. Além do Brasil (-0,1%), países como México (-0,4%), Rússia (-0,8%) e África do Sul (-1,5%) também apresentaram queda no terceiro trimestre do ano. A exceção é a Índia, que apresentou forte crescimento no período (12,5%). Um dos fatores determinantes para pressões inflacionárias, os preços de *commodities*, também seguiram valorizando-se no terceiro trimestre. O preço das *commodities* energéticas mais do que dobrou em relação ao mesmo trimestre do ano passado, enquanto o dos metais básicos cresceu 44%, e o de alimentos, 24%.

Ademais, o recente avanço dos casos confirmados de Covid-19 ao redor do mundo, decorrente do espalhamento da variante Ômicron, tem representado preocupação para atividade econômica global. Com dificuldades de vacinação, muitas economias como Áustria, Holanda e Austrália retomaram medidas restritivas, com efeito sobre a produção. Além disso, os gargalos nas cadeias globais e a elevação dos custos de produção devem seguir em curso nos próximos meses. Nesses termos, a trajetória de recuperação da economia mundial deve manter-se instável e desigual.

O Brasil, nesse contexto, entrou em recessão técnica com o segundo resultado negativo consecutivo. Fatores internos e externos, como a escassez de insumos, a elevação de custos, a aceleração inflacionária, e, sobretudo, fatores climáticos adversos que provo-

caram queda na produção agropecuária foram importantes contrapesos ao avanço da vacinação e à redução do isolamento no País. Com a queda na margem (-0,1%), o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a ficar 0,1% abaixo do nível pré-pandemia (4.º trim./2019).

Além da queda na produção agropecuária (-8,0%), a indústria seguiu com dificuldades para se recuperar, com variação nula na comparação com o 2.º trim./2020, refletindo os efeitos da elevação dos custos energéticos, da escassez de insumos devido à desorganização produtiva global e do aumento dos custos de transportes. Na mesma base de comparação, os serviços tiveram crescimento de 1,1%, respondendo ao avanço da vacinação e ao consequente relaxamento de medidas de isolamento.

A inflação, que já estava elevada em decorrência da pressão sobre os preços dos bens, passou a ser pressionada também pelos preços dos serviços. Mais do que uma resposta a preços específicos, como elevação dos combustíveis, da energia elétrica, das *commodities* no mercado internacional e da depreciação cambial, a inflação brasileira tem-se mostrado disseminada na economia. Como resposta, o Banco Central do Brasil (BCB) optou por dar continuidade à majoração da taxa Selic, que alcançou 9,25% a.a. em dezembro.

Pelo lado das contas públicas, houve melhora do resultado primário ao longo de 2021, cujo déficit acumulado dos últimos 12 meses caiu de 9,4% do PIB em dezembro de 2020 para 0,2% em outubro deste ano. Esse resultado passou a se refletir no patamar da dívida líquida do setor público (DLSP), que caiu de 62,7% para 57,6% do PIB respectivamente.

Contudo a abertura fiscal obtida com a aprovação da chamada "PEC dos Precatórios" na Câmara de Deputados colocou dúvida sobre a trajetória da capacidade fiscal do País no médio e no longo prazo. Isso, somado às incertezas presentes em ano eleitoral, além da deterioração das condições macroeconômicas com perspectiva de continuidade na elevação dos juros básicos da economia, impõe um cenário desafiador para 2022.

No Rio Grande do Sul, o terceiro trimestre foi registrado por uma queda na margem (3,5% em relação ao segundo trimestre), decorrente, sobretudo, da retração na agropecuária (-10,0%), depois de um segundo trimestre muito elevado em termos de produção de grãos, em especial da soja. Indústria (1,7%) e serviços (1,5%), por outro lado, apresentaram cresci-

mento no período, dando prosseguimento à trajetória de recuperação. Mesmo interrompendo quatro trimestres seguidos de alta, o nível atual do PIB do RS está 1,0% acima do período pré-pandemia (4.º trim./2019).

Na comparação com o 3.º trim./2020, houve um crescimento de 4,2%, o que contribuiu para que, no acumulado do ano até setembro, a expansão da economia gaúcha permanecesse expressiva (12,2%) e superior à do Brasil (5,7%). No ano, os preços elevados e a safra cheia redundaram em crescimento da agropecuária e em transbordamentos positivos sobre outras atividades, como a indústria, o comércio e os serviços. A produção de máquinas agrícolas localizada no Estado também se beneficiou das compras externas, seja do restante do Brasil, seja de países da América do Sul, regiões que também apresentaram aumento do faturamento agrícola, nesses casos mais pela alta dos preços do que da produção.

O mercado externo contribuiu de forma bastante positiva para a expansão das atividades econômicas do RS ao longo de 2021. Nos 11 primeiros meses de 2021, as exportações gaúchas alcançaram o valor de US\$ 19.265,1 milhões, um crescimento de 49,8% em relação ao mesmo período de 2020. Houve aumento dos embarques tanto de produtos agrícolas, soja principalmente, como de produtos industriais, notadamente de produtos de metal, produtos químicos, máquinas e equipamentos e celulose e papel.

O desempenho positivo da indústria no ano, contudo, não foi resultado apenas dos segmentos ligados ao agronegócio. Ele decorreu de um crescimento generalizado entre os setores. Apenas três segmentos, dos 14 analisados, apresentaram queda no acumulado de janeiro a outubro — alimentos, fumo e veículos, este último setor tendo sido impactado diretamente pela falta de insumos em uma importante fabricante de veículos do Estado. Os dados mais recentes (outubro) apontam para uma retomada da produção do setor, auxiliando a produção industrial do Estado.

Comércio (4,8%) e serviços (12,2%) também apresentaram crescimento no acumulado de janeiro a outubro. Contudo os dados do último mês apontam para um possível efeito negativo do aumento da inflação sobre esses setores. Os serviços caíram 1,4% em outubro, ficando 0,4% abaixo do nível de dezembro de 2019, e as vendas do comércio, apesar da alta do último mês, ainda estão 2,6% abaixo daquele nível. Ainda que o mercado de trabalho do 3.º trim./2021 tenha apresentado melhora na ocupação, a massa de

rendimentos não teve o mesmo comportamento, influenciando negativamente as vendas desses setores. Enquanto o número de ocupados (5.573 mil pessoas) avançou 9% em relação ao 3.º trim./2020 e 1,6% em relação ao 2.º trim./2021, a massa de rendimentos teve quedas de 0,3% e 0,5% respectivamente. Isso decorre, sobretudo, da retração dos rendimentos médios reais no período, impactados pela alta inflação do País.

Em suma, o terceiro trimestre, apesar de registrar queda na margem, contribuiu para o crescimento de 12,2% da economia gaúcha no acumulado do ano. Para o último trimestre de 2021, esperam-se uma contribuição importante da safra do trigo para economia do RS e a retomada da indústria de veículos.

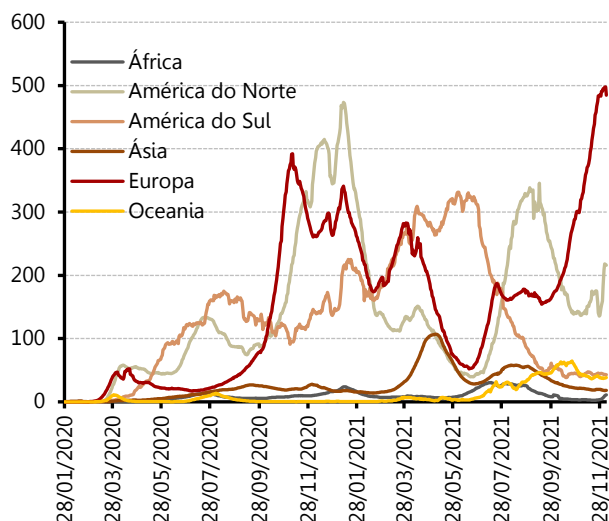
Para 2022, as perspectivas continuam cercadas de grandes incertezas. O fenômeno La Niña, em processo de intensificação no oceano Pacífico, ajuda a explicar o atual cenário de escassez de chuva no Estado, já afetando a produção de milho e com possibilidade de afetar a safra de soja. Contudo espera-se que os preços dos produtos permaneçam em patamares elevados no mercado internacional, o que contribui para que o faturamento do setor não seja tão severamente afetado.

Pelo lado da indústria, a retomada da produção de veículos, com a normalização da cadeia de insumos do setor, segue sendo uma boa notícia, assim como a manutenção da produção de máquinas e equipamentos, especificamente de máquinas agrícolas, que deve seguir beneficiando-se com a renda do setor agropecuário regional e nacional. Por outro lado, o cenário macroeconômico de preços e juros elevados ao longo de grande parte de 2022, somado ao arrefecimento da confiança dos empresários do setor e à estagnação da renda do trabalhador gaúcho, deve limitar o nível de produção dos próximos meses. O mesmo ocorre com os setores de comércio e serviços.

1 CENÁRIO EXTERNO

A economia mundial continuou sua trajetória de recuperação no terceiro trimestre do ano, embora de forma mais fraca, resultado dos efeitos do recrudescimento da pandemia e suas consequências, principalmente em economias importantes como os Estados Unidos e a China. Também no quarto trimestre, com dificuldades no avanço da vacinação em países da Europa e nos Estados Unidos, manifestações contra medidas sanitárias e de restrição de mobilidade adotadas nos últimos meses e o cenário de surgimento e espraiamento de novas variantes do coronavírus como a Delta e a Ômicron, vem-se observando uma escalada nos novos casos confirmados (**Gráfico 1.1**). Ademais, gargalos persistentes nas cadeias globais de abastecimento de matérias-primas (**Gráfico 1.2**), custos crescentes de insumos, alimentos e bens duráveis, crises energéticas e reduções e/ou retiradas de auxílios econômicos ao redor do mundo afetaram o desempenho das principais economias no terceiro trimestre de forma desigual.

Gráfico 1.1 - Novos casos diários confirmados de Covid-19, por milhão de pessoas, no mundo — 28 de janeiro de 2020 a 06 de dezembro de 2021

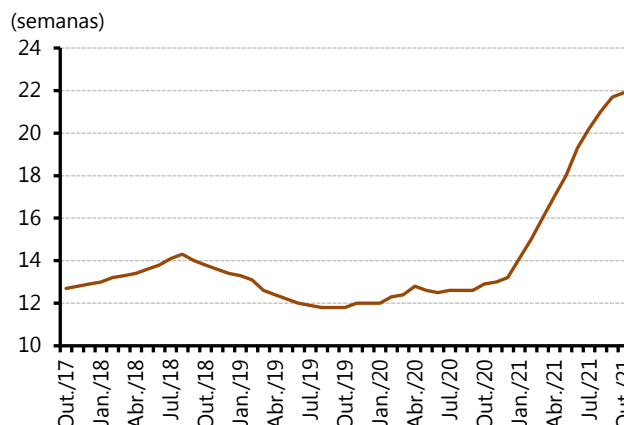


Fonte: Global Change Data Lab (2021).

Nota: 1. Média móvel de sete dias.

2. O número de casos confirmados é inferior ao número de casos reais; a principal razão para isso são os testes limitados.

Gráfico 1.2 - Intervalo de semanas entre pedido e entrega de chips semicondutores — out./2017-out./2021

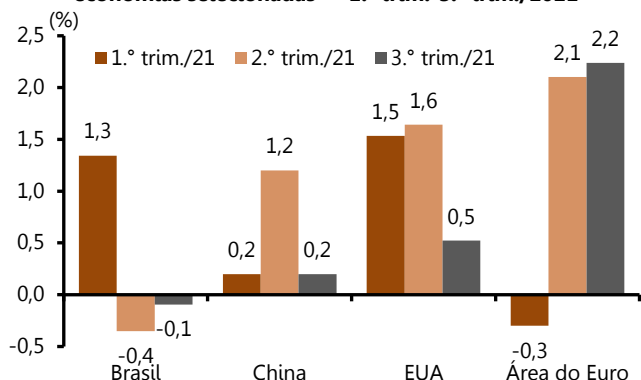


Fonte: OECD (2021).

Nota: Tempo médio de entrega de relatórios de cinco distribuidores de chips.

Conforme pode ser observado no **Gráfico 1.3**, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos desacelerou fortemente no terceiro trimestre, em relação ao trimestre anterior (0,5%, ante um crescimento de 1,6% no segundo trimestre), acompanhando a desaceleração das despesas de consumo pessoal, em especial de bens (com destaque para veículos automotores e peças), mas também de serviços (notadamente com alimentação e alojamento). No período, ocorreram novas restrições e atrasos na reabertura de estabelecimentos em algumas partes do país pelo ressurgimento de casos de Covid-19, além da diminuição de pagamentos de assistência governamental. A China, na mesma base de comparação, registrou uma alta de 0,2% no terceiro trimestre, após um crescimento de 1,2% no trimestre anterior, resultado do racionamento de energia elétrica, de cortes na produção industrial e de problemas no setor imobiliário. Por outro lado, a Área do Euro continuou na sua trajetória de recuperação, ao registrar um crescimento de 2,2% no terceiro trimestre, taxa ainda maior que a do segundo trimestre (2,1%). Dentre as principais economias do bloco, destacaram-se os desempenhos de França (3,0%), Portugal (2,9%), Itália (2,6%), Espanha (2,0%) e Alemanha (1,7%). O Reino Unido, após registrar uma taxa de 5,5% no segundo trimestre, alcançou um crescimento de 1,3%. Destoando das economias supracitadas, o Brasil entrou em recessão técnica com o segundo resultado negativo consecutivo no terceiro trimestre, de -0,1%.

Gráfico 1.3 - Produto Interno Bruto (PIB) trimestral de economias selecionadas — 1.º trim.-3.º trim./2021

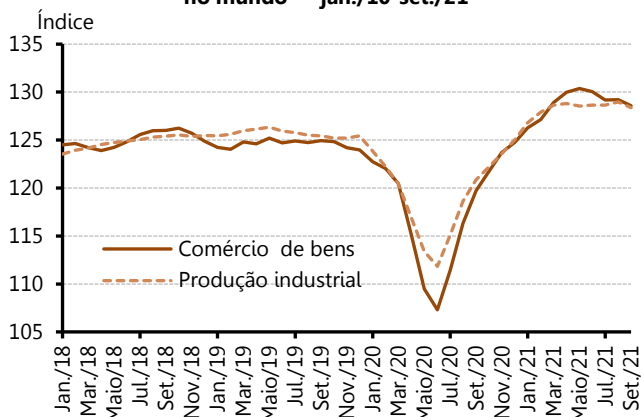


Fonte: OECD (2021).

Nota: Taxas em relação ao trimestre anterior. Séries com ajuste sazonal.

A produção industrial e o comércio de bens também apresentaram uma desaceleração no trimestre, após meses de vigorosa recuperação a partir do 2.º sem./2020 (**Gráfico 1.4**). O volume de comércio mundial de bens retraiu-se 0,8% em setembro de 2021, em relação a agosto, fechando o trimestre com uma taxa negativa de 1,1% (em relação ao trimestre imediatamente anterior), explicada pela tendência negativa no comércio da China (quedas nas exportações, -2,3%, e nas importações, -7,3%) e do Japão (-2,9% e -1,8% respectivamente), além da redução das exportações do Reino Unido (-5,8%) e da América Latina (-3,5%). Já a produção industrial retraiu-se em 0,2% no terceiro trimestre, ante o trimestre imediatamente anterior, sobretudo pelas fortes quedas das produções japonesa (-3,2%) e chinesa (-1,7%).

Gráfico 1.4 - Comércio de bens e produção industrial no mundo — jan./10-set./21



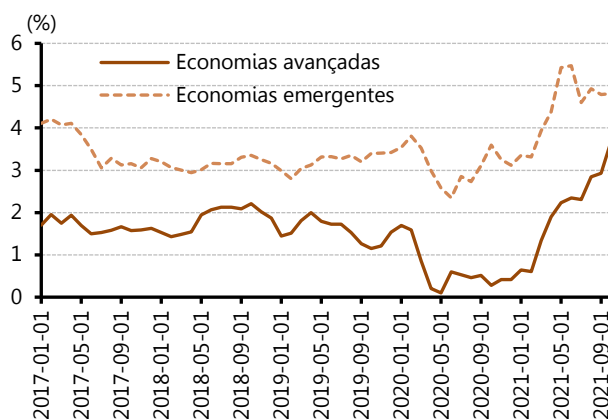
Fonte: Central Planning Bureau (NETHERLANDS, 2021).

Nota: Média móvel de três meses; índice de volume com ajuste sazonal (2010 = 100).

Os efeitos duradouros da pandemia em elos críticos das cadeias de abastecimento globais, além de

gerarem restrições de oferta que vêm afetando a produção e o comércio, também alimentaram ainda mais a inflação em diversas economias. A inflação cheia aumentou rapidamente e de maneira proeminente nas economias avançadas (especialmente nos Estados Unidos) e emergentes (sobretudo Turquia) desde o início de 2021 (**Gráfico 1.5**), enquanto o núcleo da inflação também se elevou, embora em menor intensidade. Uma característica particular da inflação durante a pandemia foi a transição da demanda de serviços para bens duráveis¹, a qual ainda permanece acentuada e segue afetando o nível de preços (**Gráfico 1.6**).

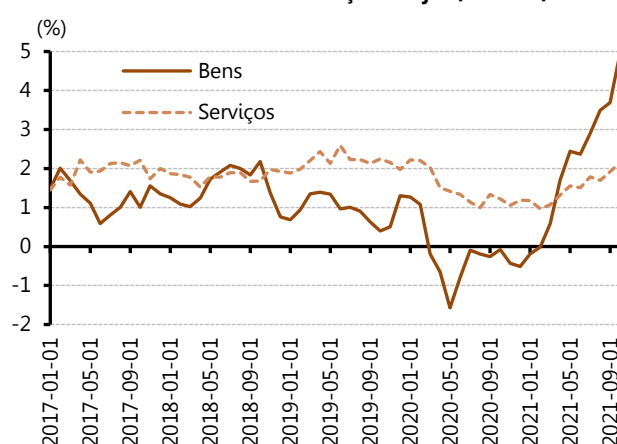
Gráfico 1.5 - Inflação de preços ao consumidor da mediana das economias — jan./17-out./21



Fonte: OECD (2021).

Nota: Em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 1.6 - Inflação setorial de preços ao consumidor da mediana da economia avançada — jan./17-out./21



Fonte: OECD (2021).

Nota: Em relação ao mesmo mês do ano anterior.

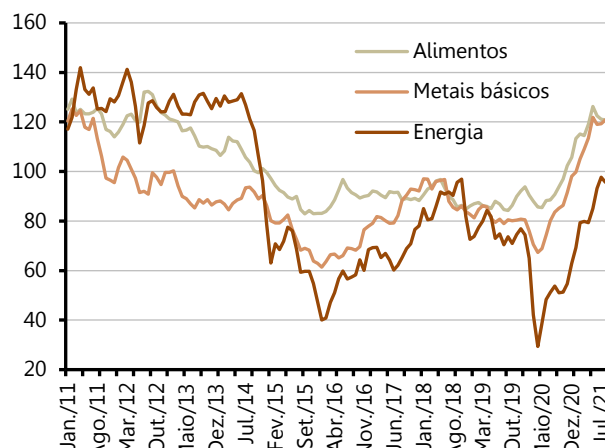
¹ A pandemia e suas restrições de mobilidade mudaram os padrões de consumo em direção a bens e para longe dos serviços que exigem interações face a face. Adicionalmente, problemas duradouros nas cadeias de produção e abastecimento vêm elevando o preço dos bens duráveis, os quais ainda continuam com maior demanda relativamente aos serviços.

A continuidade do aumento dos preços ainda é incerta e apresenta sinais mistos, pois, ao mesmo tempo que uma série de fatores continua alimentando a inflação (descompassos entre oferta e demanda, aumentos dos preços de *commodities*, depreciações da taxa de câmbio, aumento dos gastos privados, pressões salariais em alguns segmentos do mercado de trabalho e questões climáticas² que afetaram, sobretudo, a produção e os preços da energia e dos alimentos), medidas de expectativa de inflação para o médio e longo prazo permanecem próximas das metas na maioria das economias, principalmente nas economias avançadas.

Um dos fatores determinantes para pressões inflacionárias, os preços de *commodities*, também seguiram valorizando-se no terceiro trimestre (**Gráfico 1.7**). O preço das *commodities* energéticas mais do que dobrou em relação ao mesmo trimestre do ano passado, enquanto o dos metais básicos cresceu 44%, e o de alimentos, 24%. Ainda que, no acumulado do ano até novembro, as altas tenham sido substanciais (83% para as energéticas, 49% para os metais básicos e 31% para as alimentícias), nos meses mais recentes houve desaceleração do ritmo de elevação. Na comparação do 3.º trim./2021 com o trimestre imediatamente anterior, os preços de energia cresceram 20%, e os dos metais básicos, apenas 6%. Já os preços de alimentos apresentaram estabilidade no mesmo período. No caso de produtos específicos (**Gráfico 1.8**), houve uma forte redução no preço do minério de ferro (-42%), no terceiro trimestre ante o trimestre imediatamente anterior, e uma queda moderada na soja em grão (-8%), enquanto o preço do petróleo continuou a se valorizar (10%).

Por fim, a desaceleração da economia mundial pode perdurar no último trimestre do ano, sobretudo com o avanço de uma nova variante mais infecciosa do que a Delta, a Ômicron, e com o retorno de medidas de restrição de mobilidade, rígidos *lockdowns* para conter a nova onda de Covid-19 e a proibição de festividades de fim de ano, medidas estas já deflagradas em economias ao redor do mundo. Nesses termos, a trajetória de recuperação da economia mundial segue instável e desigual.

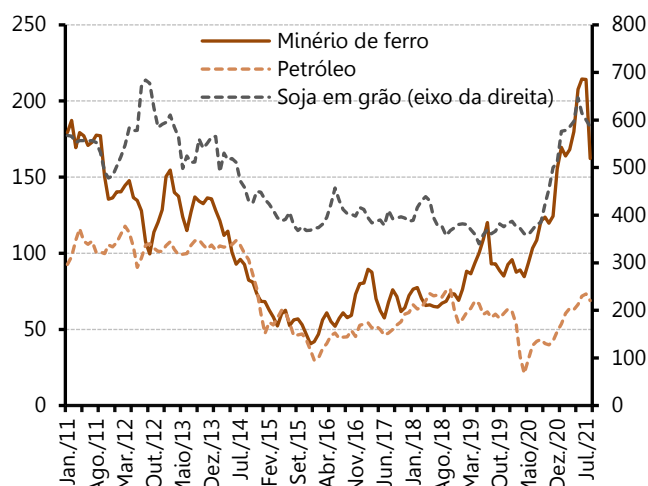
Gráfico 1.7 - Índice de preço de grupos de *commodities* — jan./2011-nov./2021



Fonte: Banco Mundial (2021).

Nota: Os índices têm como base 2010 = 100.

Gráfico 1.8 - Preços de *commodities* selecionadas — jan./2011-nov./2021



Fonte: Banco Mundial (2021).

Nota: Petróleo em US\$/bbl, minério de ferro em US\$/dmtu e soja em grão em US\$/t.

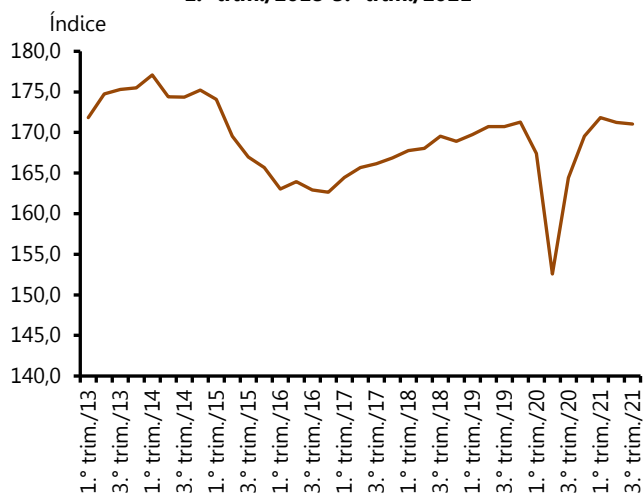
² Seca no Brasil; incêndios florestais na Sibéria, na Califórnia, no Canadá e na Turquia; ondas de calor no oeste da América do Norte; alta precipitação e inundações na Alemanha, na Bélgica, no oeste do Canadá e no leste e no sul da Ásia; bem como o furacão Ida no final de agosto e início de setembro no nordeste dos Estados Unidos, o qual foi um dos mais custosos de sua história.

2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL

2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

No 3.º trim./2021, o resultado do PIB refletiu uma série de dificuldades enfrentadas pela economia brasileira em sua trajetória de recuperação, sob efeitos da crise sanitária da Covid-19, seguindo a dinâmica observada no trimestre anterior (**Gráfico 2.1**). Fatores internos e externos, como a escassez de insumos, a elevação de custos e a aceleração inflacionária, além de fatores climáticos adversos, seguem como contrapesos importantes ao avanço da vacinação e à redução do isolamento. Com isso, na comparação com o 2.º trim./2021, com ajuste sazonal, o registro foi de leve queda de 0,1% no PIB. Na comparação com o 3.º trim./2020, o crescimento foi de 4,0%, enquanto o acumulado em quatro trimestres avançou 3,9%. Já o resultado acumulado dos três primeiros trimestres apontou incremento de 5,7% na comparação com os mesmos períodos do ano anterior. Dessa forma, o PIB voltou a ficar 0,1% abaixo do nível pré-pandemia, observado no 4.º trim./2019, e 3,4% inferior ao pico de atividade anterior, verificado no 1.º trim./2014, segundo o Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codace) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

Gráfico 2.1 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 1.º trim./2018-3.º trim./2021



Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2021d).
Nota: Os índices têm como base a média de 1995 = 100.

A **Tabela 2.1** apresenta as taxas de crescimento dos componentes do PIB pelas óticas da oferta e da demanda. Entre as atividades, na comparação com o mesmo período do ano anterior, apenas a agropecuária

mostrou recuo (-9,0%), enquanto indústria (1,3%) e serviços (5,8%) cresceram. Na comparação com o 2.º trim./2021, com ajuste sazonal, a agropecuária caiu (-8,0%), os serviços cresceram (1,1%), e a indústria ficou estagnada (0,0%).

Tabela 2.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB), dos impostos, do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividades, pelas óticas da oferta e da demanda, no Brasil — 3.º trim./2021

ATIVIDADES	3.º TRIM./2021	
	2.º TRIM./2021 (1)	3.º TRIM./2020
PIB	-0,1	4,0
Ótica da oferta		
Impostos	-	6,2
VAB	-0,2	3,7
Agropecuária	-8,0	-9,0
Indústria	0,0	1,3
Serviços	1,1	5,8
Ótica da demanda		
Consumo das famílias	0,9	4,2
Consumo do Governo	0,8	3,5
Formação Bruta de Capital Fixo	-0,1	18,8
Exportações	-9,8	4,0
Importações	-8,3	20,6

Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2021g).
(1) Com ajuste sazonal.

A agropecuária foi impactada, sobretudo, em razão da estiagem e da irregularidade do volume de chuvas em boa parte das regiões produtoras, causando queda na produção de itens relevantes da safra do trimestre, como algodão, milho, laranja e cana-de-açúcar. O café também sofreu queda em função de sua bienalidade. Além disso, foi verificada redução da produção pecuária nos produtos de maior importância, como bovinos e leite.

A indústria segue com dificuldades para recuperar-se, com variação nula na comparação com o 2.º trim./2020. Entre as quatro atividades, apenas a construção civil teve avanço (3,9%). As indústrias extrativa, de transformação e de eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos caíram, na margem, 0,4%, 1,0% e 1,1% respectivamente.

O grave quadro de falta de chuvas forçou o Governo a implementar uma bandeira tarifária de escassez hídrica, a partir de setembro, elevando o custo energético aos setores produtivos. Além do custo mais alto da energia, outros dois importantes fatores de oferta afetaram a indústria, sobretudo a indústria de transformação: (a) a escassez e consequente elevação no preço de diversos insumos utilizados na pro-

dução; e (b) o alto custo de transportes, para dentro e para fora do País, em função da elevação no preço dos combustíveis, da carência de *containers* e dos altos patamares do dólar, que encarecem o frete internacional.

Por outro lado, o avanço da vacinação permitiu o retorno gradual da circulação de pessoas e a volta do consumo de diversos serviços, em especial nos setores de alojamento e alimentação, amplamente afetados em 2020 e início de 2021. Na comparação com o segundo trimestre do ano, das sete atividades, quatro apresentaram crescimento. O destaque positivo foi para outras atividades de serviços, em que se localizam os setores supracitados, tendo avançado 4,4%, maior taxa entre as atividades do PIB. Também apresentaram crescimento, as atividades de informação e comunicação (2,4%), transporte, armazenagem e correio (1,2%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social, enquanto as atividades imobiliárias permaneceram estáveis (0,0%). Por sua vez, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,5%) e comércio (-0,4%) tiveram recuo na margem.

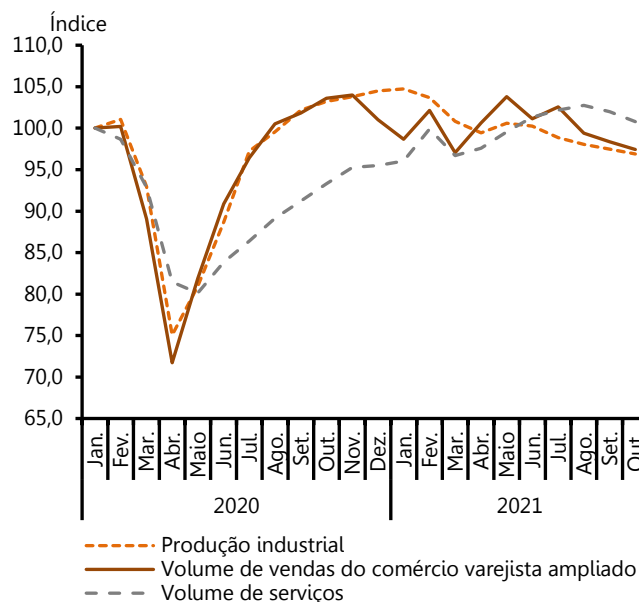
Pela ótica da demanda, apenas o consumo das famílias e o consumo do Governo cresceram na margem. O consumo das famílias avançou 0,9% no terceiro trimestre, mas segue ainda 2% abaixo do patamar observado no 4.º trim./2019, antes da pandemia. Apesar da forte pressão inflacionária, que contribui para a contração da massa real de salários e da alta das taxas de juros, que encarece o custo de financiamentos, a expansão do crédito a pessoas físicas, o aumento do número de ocupados no mercado de trabalho e o avanço da vacinação permitiram a expansão, ainda que tímida, desse importante agregado do PIB.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve leve queda na margem (-0,1%). De acordo com o indicador mensal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de FBCF, houve queda na produção de máquinas e equipamentos no trimestre, particularmente de componentes importados. Por outro lado, o avanço da construção civil e de outros componentes do investimento suavizaram a queda do agregado.

Em outubro, ainda se observou a influência de boa parte das forças que afetaram os resultados do segundo trimestre. Em comparação com o nível de janeiro de 2020, utilizado aqui como *benchmark* do período pré-pandemia, apenas os serviços seguiram acima (0,8%) desse nível, embora tenham sofrido re-

cuo na margem nos dois últimos meses. A indústria manteve sua trajetória descendente desde o início do ano, encontrando-se 3,1% abaixo do nível de janeiro do ano passado, enquanto o comércio está 2,6% abaixo do *benchmark* (**Gráfico 2.2**).

Gráfico 2.2 - Produção industrial, volume de vendas do comércio varejista ampliado e volume de serviços com ajuste sazonal no Brasil — jan./2020-out./2021



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (IBGE, 2021c).
Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2021d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE, 2021e).
Nota: Os índices têm como base jan./2020 = 100

2.2 INFLAÇÃO, JUROS E CONTAS PÚBLICAS

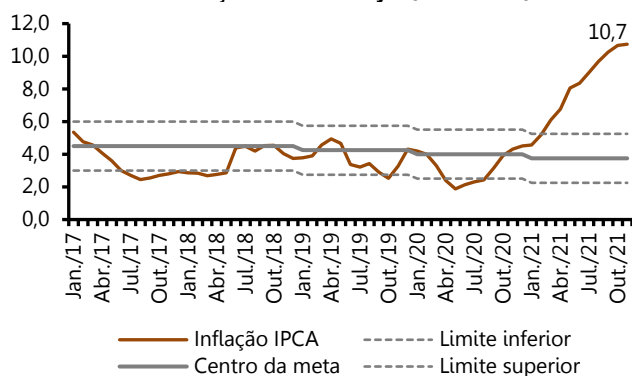
A inflação permaneceu elevada no Brasil como resultado não apenas da manutenção da pressão sobre os preços dos bens — em função da maior demanda por esses produtos com a redução da restrição de circulação das pessoas aliada aos gargalos de oferta mundial dos mesmos — como também do surgimento de pressões sobre os serviços mais recentemente. Em novembro de 2021, a variação acumulada em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 10,7%, bastante acima da banda superior da meta de inflação, de 5,25% (**Gráfico 2.3**).

Nessa base de comparação, os bens duráveis tiveram alta de 12,4%, enquanto os bens não duráveis cresceram 10,4%. Os serviços, que passaram o primeiro semestre com alta abaixo de 2%, acumularam alta de 4,8% no acumulado até novembro, sinalizando a retomada gradual da atividade do setor. Por outro lado, os preços dos transportes subiram 22%, e os da habitação, 15,5%, como resposta à elevação dos com-

bustíveis, da energia elétrica³ e das *commodities* no mercado internacional, que vem contribuindo em grande medida para a inflação do ano. Além disso, a depreciação cambial e o aumento da incerteza econômica têm adicionado pressão sobre as perspectivas de preços futuros, influenciando os reajustes recentes.

Para além de questões pontuais, a pressão inflacionária tem-se revelado disseminada na economia, com alta na maioria dos produtos. O índice de difusão (que mede a quantidade de produtos analisados que apresentou alta no período) segue alto (63%), depois de ter alcançado 71,9% em agosto.

Gráfico 2.3 - Variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses e metas de inflação no Brasil — jan./2017-nov./2021



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021b).
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE, 2021a).

Em meio ao cenário de manutenção da inflação em patamar elevado e distante do centro da meta, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB) optou por dar continuidade à majoração da taxa Selic, que alcançou 9,25% a.a. em dezembro, patamar que supera as expectativas de mercado apontadas no último número deste boletim, em setembro (na época, esperava-se que os juros básicos da economia encerrassem o ano em 8,25% a.a.).

O aperto monetário mais do que proporcional às expectativas reflete a persistência da inflação em patamares elevados. Se, em setembro, se esperava que o IPCA começasse a ceder, encerrando o ano em 8,0%, atualmente as expectativas⁴ sinalizam para inflação de 10% no fechamento do ano de 2021, tendo um arrefecimento apenas em 2022, quando deve chegar a 5,0%, segundo as expectativas do **Relatório Focus**, em dezembro, ainda acima do centro da meta (4,5%),

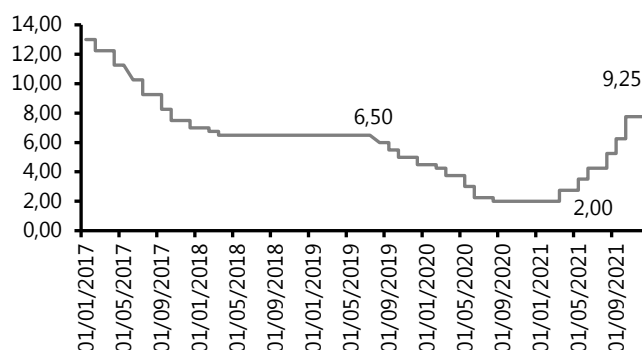
³ Cujas valorizações têm sido influenciadas não só pelas *commodities* energéticas, como também pela escassez hídrica e pela quebra de safra da cana-de-açúcar.

⁴ Expectativas de mercado do **Relatório Focus** de 18/12/2021.

portanto. Para que esse cenário seja possível, espera-se que a Selic alcance 11,75% a.a. já no primeiro trimestre de 2022, encerrando o ano em 11,5% a.a.

O aumento da inflação e dos juros já começa a ser sentido na atividade econômica do País e do Rio Grande do Sul e deve impor desafios importantes para a continuidade da trajetória de recuperação em curso, em ambos.

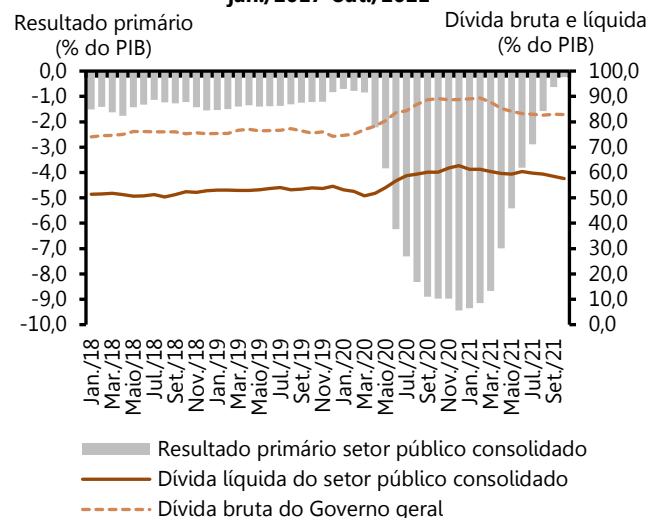
Gráfico 2.4 - Meta para taxa Selic — jan./2017-dez./2021



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021a).

Pelo lado das contas públicas, houve melhora do resultado primário do setor público consolidado, que encerrou outubro com déficit de 0,2% do PIB (R\$ 20,4 bilhões) no acumulado dos últimos 12 meses (**Gráfico 2.5**). Esse resultado não ocorria desde novembro de 2014 e representa um avanço significativo quando comparado a dezembro de 2020, quando atingiu 9,4% do PIB (R\$ 760,8 bilhões, a preços de outubro de 2021⁵).

Gráfico 2.5 - Resultado primário acumulado em 12 meses e estoques da dívida bruta e dívida líquida no Brasil — jan./2017-out./2021

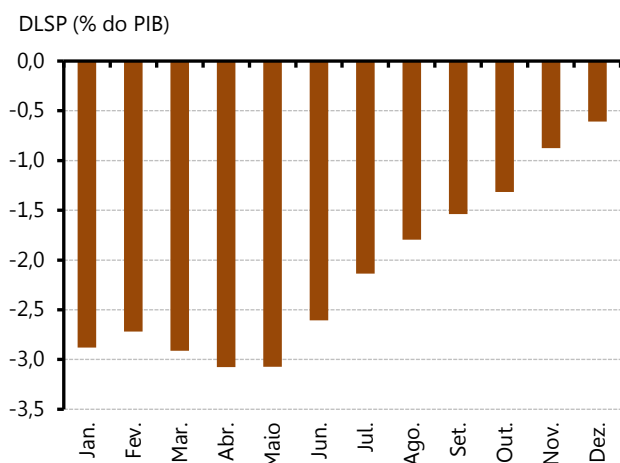


Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021c).

⁵ Valores corrigidos pelo IPCA.

Com isso, as previsões de déficit primário para o fechamento de 2021 foram reduzindo-se gradativamente, conforme pode ser visto no **Gráfico 2.6**, que apresenta as projeções medianas do **Relatório Focus** do BCB. Em maio, a mediana das expectativas apontava para um déficit de 3,1% do PIB em 2021, ao passo que, em dezembro, a estimativa era de um déficit na ordem de 0,6% do PIB.

Gráfico 2.6 - Previsões para o resultado primário do setor público consolidado do Brasil em 2021



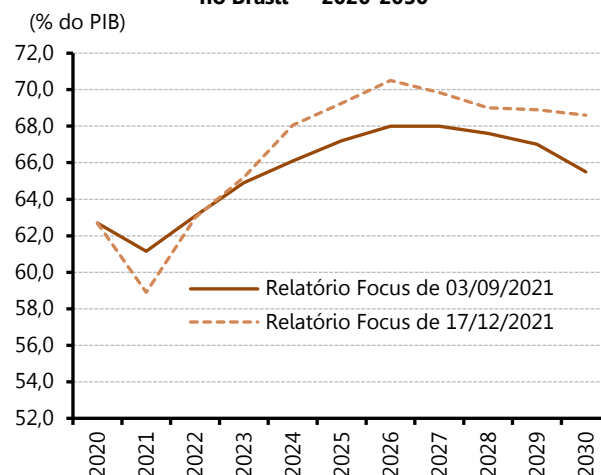
Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021c).

O comportamento da dívida pública também começou a mudar com os resultados fiscais obtidos ao longo do ano. A dívida líquida do setor público (DLSP) reduziu-se em 5,1 pontos percentuais do PIB entre dezembro de 2020 (62,7% do PIB) e outubro de 2021 (57,6%). O mesmo ocorreu com a dívida bruta do Governo geral (DBGG), que foi reduzida de 88,8% para 82,9% do PIB no mesmo período (**Gráfico 2.5**).

Porém a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46/21, chamada de “PEC dos Precatórios”— que abriu espaço fiscal para 2022 e colocou dúvida sobre a continuidade do processo de consolidação fiscal —, fez as expectativas de médio e longo prazo mudarem. Se, antes da aprovação da referida PEC na Câmara de Deputados, se esperava que a DLSP chegasse a 68% do PIB em 2026, cedendo para níveis de 65,5% em 2030, atualmente (17/12/2021) se espera que a ela cresça rapidamente nos próximos anos e alcance 70,5% e 68,6% respectivamente (**Gráfico 2.7**).

Além do espaço fiscal aberto com a PEC e das incertezas em relação às próximas escolhas de política fiscal, há a deterioração do cenário macroeconômico em geral, com perspectivas negativas de médio prazo para PIB, taxa de juros e inflação.

Gráfico 2.7 - Projeções para a dívida líquida do setor público no Brasil — 2020-2030



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021c)
Nota: Valores de 2020 realizados.

2.3 EXPECTATIVAS DE CRESCIMENTO

Da mesma maneira que no trimestre anterior, existem fatores agindo em direções opostas sobre a trajetória de recuperação da atividade econômica. De um lado, a vacinação segue avançando em todo o País, permitindo menor isolamento, maior circulação e, portanto, maior consumo, em especial de serviços. Em 10 de dezembro de 2021, o percentual da população brasileira com duas doses era de 65,11%, superior, inclusive ao dos Estados Unidos, de 60,00%. Contudo o risco de novas mutações do vírus, a exemplo da variante Ômicron, acende o alerta para a possibilidade de novas medidas restritivas, como observado na Rússia, na China, na Áustria e em outros países nos últimos meses, e impõe a necessidade de aceleração da vacinação no Brasil e, em especial, nos países sub-desenvolvidos.

Ademais, riscos de ordem climática seguem no radar em 2022. Apesar do aumento do volume de chuvas, que reduziu consideravelmente o risco de apagão energético em 2021, os níveis dos reservatórios permanecem baixos, sinalizando que pressões nos custos da energia pelo acionamento de termelétricas no ano que vem ainda existem. Ademais, a recém-criada bandeira de escassez hídrica, com tarifas mais elevadas que a bandeira vermelha, deverá vigorar até abril de 2022.

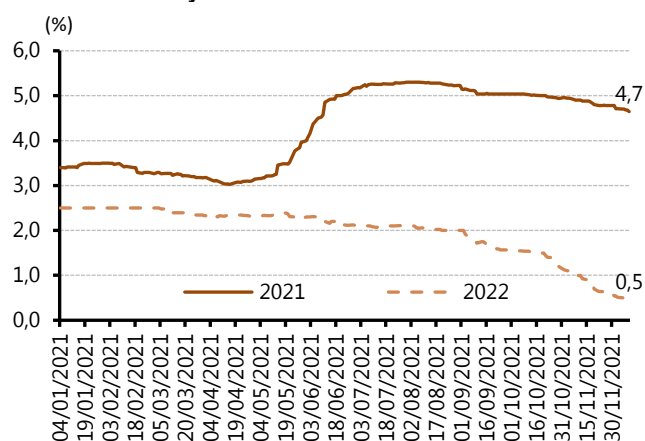
Por fim, os riscos de ordem macroeconômica ampliaram-se consideravelmente nos últimos meses. A escalada da inflação para níveis superiores a 10% e, por consequência, o nível elevado dos juros deman-

darão atenção em 2022, diante dos seus efeitos sobre decisões de consumo e investimento, sobretudo em meio ao cenário político que se apresenta ainda polarizado em ano eleitoral.

Outro agravante macroeconômico reside na questão fiscal. Em especial, o Programa Auxílio Brasil, que visa a integrar políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda — substituindo, inclusive o Programa Bolsa Família. Apresentada em agosto e promulgada em dezembro, a chamada “PEC dos Precatórios” abriu espaço fiscal para ampliação do Auxílio Brasil em 2022. Se, por um lado, essa medida, meritória, tem potencial de injetar recursos na economia e aliviar as mazelas sociais agravadas pela pandemia, por outro, pode ser interpretada como o rompimento do teto dos gastos, o que incrementa a percepção de risco dos agentes econômicos, com consequências sobre a taxa de juros.

Diante desses fatores, o mercado tem revisado para baixo as projeções de crescimento em 2021 e 2022 (**Gráfico 2.8**). As projeções mais recentes, de 10/12/2021, são de crescimento de 4,6% para 2021 e de apenas 0,5% para 2022.

Gráfico 2.8 - Expectativas de crescimento para 2021 e 2022 do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 04 de janeiro a 10 de dezembro de 2021



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2021a).

3 CENÁRIO INTERNO — RS

3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

No 3.º trim./2021, a economia gaúcha apresentou queda de 3,5% em relação ao 2.º trim./2021, na série com ajuste sazonal (**Tabela 3.1**). Essa retração interrompeu uma sequência de quatro taxas positivas na margem, ou seja, quando a comparação é feita com o trimestre imediatamente anterior. Tal desempenho esteve associado ao decréscimo de 10,0% no Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, uma vez que a indústria e os serviços cresceram 1,7% e 1,5% respectivamente.

Tabela 3.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB), dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividades, do Rio Grande do Sul — 3.º trim./2021

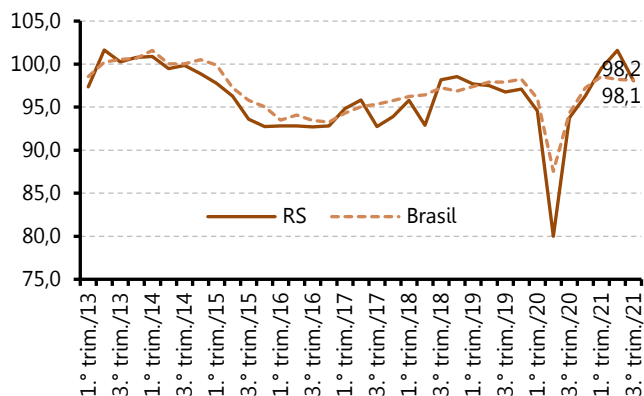
ATIVIDADES	3.º TRIM./2021	
	2.º TRIM./2021 (1)	3.º TRIM./2020
PIB	-3,5	4,2
Impostos	-	3,7
VAB	-3,8	4,3
Agropecuária	-10,0	16,0
Indústria	1,7	3,1
Serviços	1,5	6,0

Fonte: SPGG-RS/DEE (RIO GRANDE DO SUL, 2021b).
(1) Com ajuste sazonal.

Já em relação ao 3.º trim./2020, o PIB do Rio Grande do Sul apresentou crescimento de 4,2%, a terceira taxa positiva em sequência nessa base de comparação. Quanto às atividades, a maior alta ocorreu na agropecuária (16,0%), seguida pelos serviços (6,0%) e pela indústria (3,1%). No acumulado do ano, a economia gaúcha cresceu 12,2%, desempenho puxado pela agropecuária (72,1%), mas com contribuições positivas também da indústria (11,8%) e dos serviços (3,9%).

Com a queda na margem, o nível do PIB do Rio Grande do Sul ficou abaixo do registrado nos dois trimestres anteriores, mas ainda 1,0% acima do observado no 4.º trim./2019, trimestre imediatamente anterior ao início dos efeitos da pandemia sobre a economia no Estado (**Gráfico 3.1**).

Gráfico 3.1 - Índice do volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e do Brasil — 1.º trim./2013-3.º trim./2021



Fonte: SPGG-RS/DEE (RIO GRANDE DO SUL, 2021b).
IBGE (2021g).

Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

Mesmo que o Valor Adicionado da agropecuária tenha apresentado queda no terceiro trimestre, em relação ao segundo, o ano de 2021 foi bastante positivo para o setor. Houve crescimento do rendimento médio e da quantidade produzida das cinco principais culturas agrícolas do Estado, com destaque para a soja e o trigo, que tiveram, no ano, suas maiores safras já colhidas (**Tabela 3.2**).

Tabela 3.2 - Variação da área plantada, da quantidade produzida e do rendimento médio dos principais produtos agrícolas de verão do Rio Grande do Sul — 2021

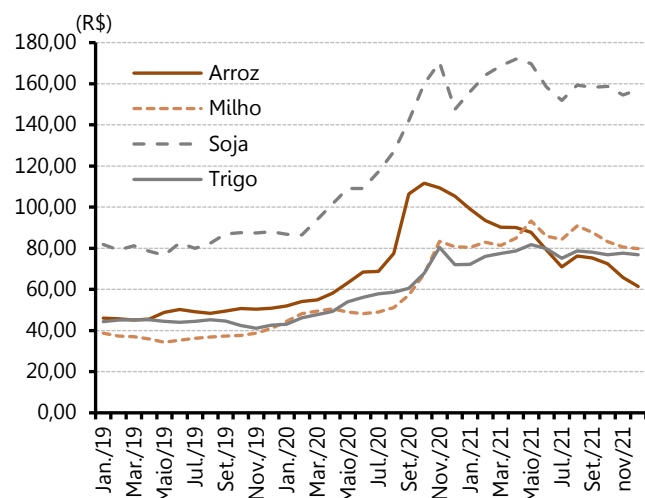
PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (t/ha)
Arroz	-0,2	6,3	6,6
Fumo	-4,2	19,4	24,7
Milho	3,8	4,1	0,2
Soja	2,1	80,8	77,0
Trigo	25,3	69,1	34,9

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (IBGE,2021b).

Os preços dos principais produtos agrícolas do Estado continuam em patamares elevados, ainda refletindo a aquecida demanda externa e a taxa de câmbio desvalorizada (**Gráfico 3.2**). No caso do arroz, a queda apresentada ao longo do ano não impediu que, na média de janeiro a dezembro de 2021, os preços reais (corrigidos pelo IPCA) ainda se mantivessem 3,0% acima dos observados no mesmo período de 2020. Nessa mesma base de comparação, os preços do milho, da soja e do trigo fecharam 49,6%, 32,9% e 34,0% acima, respectivamente.

Os preços elevados e a safra cheia redundaram em crescimento da agropecuária e em transbordamentos positivos sobre outras atividades, como a indústria, o comércio e os serviços. A produção de máquinas agrícolas localizada no Estado também se beneficiou das compras externas, seja do restante do Brasil, seja de países da América do Sul, regiões que também apresentaram aumento do faturamento agrícola, nesses casos mais pela alta dos preços do que da produção.

Gráfico 3.2 - Evolução dos preços reais do arroz, milho, soja e trigo no Rio Grande do Sul — jan./2019-dez./2021

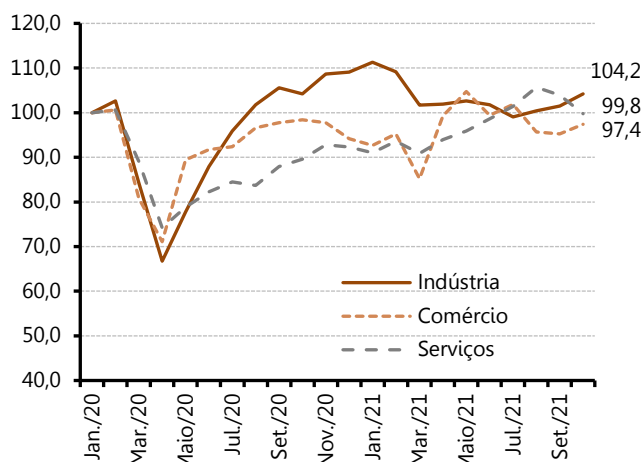


Fonte: Emater-RS (2021).

Nota: Valores constantes a preços de novembro/21, corrigidos pelo IPCA.

Os dados mensais até outubro mostram que a produção industrial gaúcha oscilou bastante ao longo do ano. Após apresentar uma queda praticamente contínua depois de fevereiro, o setor voltou a crescer a partir de agosto. A maior contribuição para esse retorno da expansão veio da retomada da produção de automóveis no Estado, após um período prolongado em que a fábrica da GM de Gravataí esteve parada por falta de insumos. Em outubro, o nível de produção esteve 4,2% acima do observado em janeiro de 2019, período anterior ao início da pandemia. De janeiro a outubro de 2021, contra o mesmo período de 2020, a produção física industrial do Estado apresentou crescimento de 11,0%, com as maiores altas vindo das atividades de máquinas e equipamentos (40,4%), de metalurgia (27,2%), de produtos de metal (26,2%) e de couros e calçados (23,1%). Somente três atividades tiveram queda no período: veículos automotores, reboques e carrocerias (-10,0%), produtos do fumo (-5,0%) e produtos alimentícios (-0,1%).

Gráfico 3.3 - Índice da produção física da indústria de transformação, do volume de vendas do comércio varejista ampliado e do volume dos serviços do Rio Grande do Sul — jan./2020-out./2021



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2021c).
Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2021d).
Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) (IBGE, 2021e).
Nota: 1. Os índices têm como base jan./2020 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

As vendas do comércio também apresentaram queda após atingir um pico em meio ao processo de recuperação. Em maio de 2021, o nível de vendas estava 4,7% acima do de janeiro de 2019. Esse nível entrou em retração até setembro, para voltar a crescer em outubro. Neste último mês, as vendas encontravam-se 2,6% abaixo do nível do começo de 2019. Do mesmo modo que no Brasil, o comércio sentiu os efeitos negativos da inflação sobre o poder de compra dos consumidores. Como será visto na subseção 3.3, o aumento recente da ocupação não foi acompanhado do crescimento da massa de rendimentos, resultado do impacto da expansão dos preços sobre a renda real do trabalho. No acumulado de janeiro a outubro, na comparação com igual período do ano anterior, as vendas do comércio varejista ampliado cresceram 4,8%, com destaque para os ramos de outros artigos de uso pessoal e doméstico (33,5%), tecidos, vestuário e calçados (27,9%), artigos farmacêuticos, de perfumaria e cosméticos (19,1%) e veículos, motocicletas, partes e peças (11,3%), que apresentaram as maiores altas. Por outro lado, as quedas mais expressivas ocorreram nos ramos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-19,7%), livros, jornais, revistas e papelaria (-11,8%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,2%).

Os serviços foram um pouco na contramão dos desempenhos recentes da indústria de transformação

e do comércio. O volume dos serviços do Estado cresceu de forma ininterrupta de março a agosto de 2021, chegando a alcançar, neste último mês, um nível 5,7% acima do observado em janeiro de 2019. Em setembro e outubro, no entanto, o setor apresentou duas quedas sucessivas, possivelmente também sentindo os efeitos da inflação alta. Nos primeiros 10 meses do ano, o setor cresceu 12,2%, com todas as cinco atividades apresentando expansão no período. Os maiores destaques ficaram por conta das altas dos serviços prestados às famílias (31,7%) e dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (19,1%).

3.2 SETOR EXTERNO

Ao longo do ano, o mercado externo contribuiu de forma bastante positiva para a expansão da atividade econômica do Estado. Nos 11 primeiros meses de 2021, as exportações gaúchas alcançaram o valor de US\$ 19.265,1 milhões, um crescimento de 49,8% em relação ao mesmo período de 2020 (**Tabela 3.3**).

Tabela 3.3 - Valor das exportações acumulado no ano, total e por atividades econômicas, e variações em relação ao mesmo período do ano anterior no Rio Grande do Sul — jan.-nov. 2020-21

ATIVIDADES	VALOR (US\$ 1.000)		VARI- ÇÃO %
	Jan.- Nov./20	Jan.- Nov./21	
Agropecuária	3.426.657	6.400.984	86,8
Produtos alimentícios	3.106.091	4.136.752	33,2
Produtos químicos	961.944	1.566.950	62,9
Produtos do fumo	1.115.051	1.076.250	-3,5
Máquinas e equipamentos	615.354	978.328	59,0
Celulose e papel	619.506	930.434	50,2
Couros e calçados	605.493	877.394	44,9
Produtos de metal	451.460	739.439	63,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	607.111	595.257	-2,0
Produtos de borracha e plástico	241.789	293.541	21,4
Outros	1.113.274	1.669.827	50,0
VALOR TOTAL	12.863.731	19.265.156	49,8

Fonte: Comex Stat (BRASIL, 2021b).

A recuperação da produção agrícola do Estado após a forte estiagem de 2020 fez com que as vendas externas dos produtos da agropecuária apresentassem, ao longo de 2021, a maior taxa de crescimento entre as principais atividades produtivas, com alta de 86,8%, desempenho influenciado, principalmente, pelas vendas de soja em grão para a China.

A expansão foi expressiva, também, nas vendas de produtos industriais, que se beneficiaram da maior demanda externa, igualmente em recuperação após

os piores efeitos da pandemia sobre a atividade econômica mundial, e do câmbio desvalorizado.

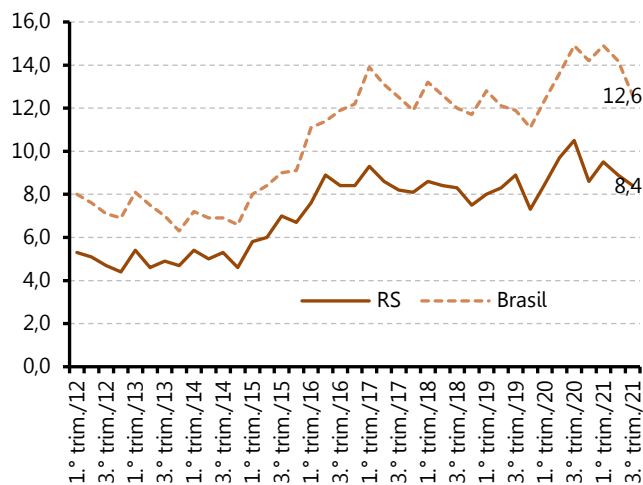
Na indústria, entre as principais atividades, as maiores elevações ocorreram em produtos de metal (63,8%), produtos químicos (62,9%), máquinas e equipamentos (59,0%) e celulose e papel (50,2%). De outro lado, foram registradas quedas nas exportações de produtos do fumo (-3,5%) e de veículos automotores, reboques e carrocerias (-2,0%), atividade impactada negativamente pela paralisação da fábrica da GM durante alguns meses de 2021.

China, Estados Unidos e Argentina mantiveram-se nas três primeiras colocações entre os principais destinos das vendas externas do Estado. E os maiores aumentos, entre os 10 principais destinos, deram-se para a Holanda (168,0%), China (82,5%) e Coreia do Sul (62,5%). Outros destaques foram os aumentos expressivos para a Índia (331,6%) e para o Irã (241,3%), respectivamente 14.º e 26.º principais destinos das vendas externas do Rio Grande do Sul em 2021.

3.3 MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho do 3.º trim./2021 apresentou melhora na ocupação, mas não acompanhou a massa de rendimentos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o número de ocupados do 3.º trim./2021 foi de 5.573 mil pessoas, significando crescimento tanto em relação ao 3.º trim./2020 (mais 462 mil) quanto em relação ao 2.º trim./2021 (mais 86 mil). Quando a comparação é realizada com o 3.º trim./2019, último terceiro trimestre livre dos efeitos da pandemia, a defasagem é de 84 mil pessoas, indicando uma proximidade da recuperação total dos empregos perdidos ao longo de 2020. A taxa de desocupação passou para 8,4% no 3.º trim./2021, um recuo em relação às taxas do 3.º trim./2020 (10,5%) e do 2.º trim./2021 (8,9%). Essa taxa é, inclusive, menor que a observada no 3.º trim./2019 (8,9%) (**Gráfico 3.4**). A melhora na ocupação não foi acompanhada pela massa real de rendimentos, que apresentou queda de 0,3% em relação ao 3.º trim./2020 e redução de 0,5% na comparação com o 2.º trim./2021. Isso ocorreu em função da retração dos rendimentos médios reais no período.

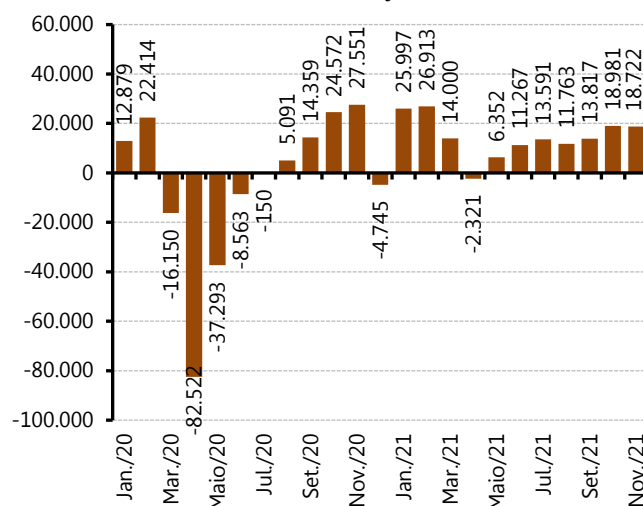
Gráfico 3.4 - Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-3.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021f).

A criação de empregos formais também continuou apresentando bons resultados (**Gráfico 3.5**). No acumulado de janeiro a novembro de 2021, o saldo entre admitidos e desligados foi de 159.082 empregos, e, no acumulado dos últimos 12 meses até novembro, houve criação de 154.337 novas vagas de trabalho. Por atividade econômica, os maiores saldos foram registrados nos serviços (58.214), na indústria de transformação (50.125) e no comércio (37.906).

Gráfico 3.5 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal do Rio Grande do Sul — jan./2020-nov./2021

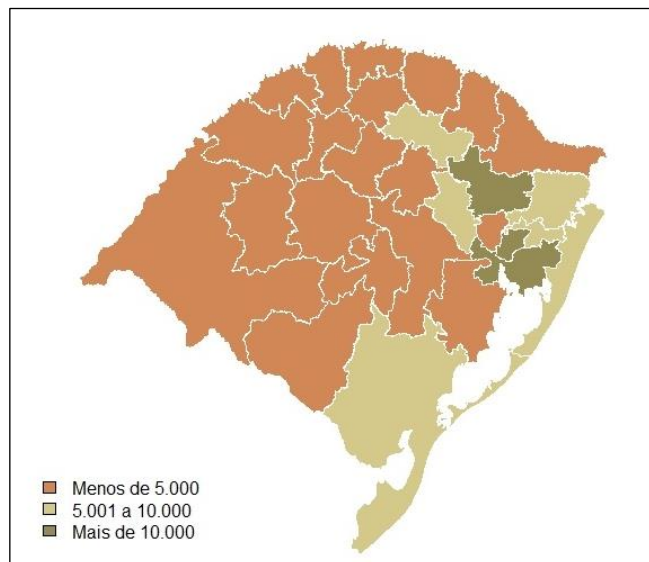


Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021c).

Regionalmente, também no acumulado em 12 meses, todas as 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Estado apresentaram saldos positivos na criação de empregos formais (**Figura 3.1**). As maiores expansões ocorreram nos

Coredes Metropolitano Delta do Jacuí (28.725 pessoas), Vale do Rio dos Sinos (27.007) e Serra (19.747).

Figura 3.1 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul — acumulado em 12 meses terminados em nov./2021



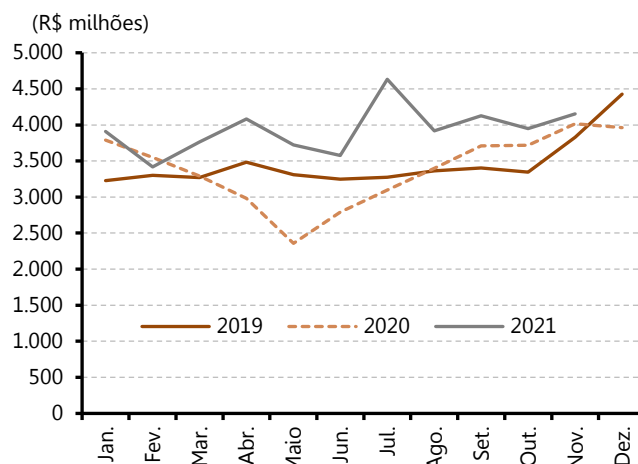
Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021c).

Entre os 497 municípios gaúchos, houve saldo positivo em 451, sendo os maiores registrados em Porto Alegre (16.933), Caxias do Sul (8.857), Novo Hamburgo (8.630), Passo Fundo (4.197), Canoas (3.744), Pelotas (3.601) e Gramado (2.708).

3.4 ARRECAÇÃO DE ICMS

Entre janeiro e novembro de 2021, o valor arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul, a preços constantes de novembro de 2021, alcançou R\$ 43.251,7 milhões, um acréscimo real de 17,9% em relação ao montante arrecadado no mesmo período do ano anterior (**Gráfico 3.6**). Setorialmente, houve variação positiva dos valores arrecadados nas atividades de outras indústrias (38,3%), do comércio (19,0%), da indústria de transformação (17,2%), das agregadas em outros serviços (12,8%) e da agropecuária (3,6%). Apenas a atividade de informação e comunicação apresentou variação negativa no período (-9,4%).

Gráfico 3.6 - Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no Rio Grande do Sul — 2019-2021



Fonte: Sefaz-RS/Dados Abertos (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).
Nota: Valores constantes a preços de nov./2021, corrigidos pelo IPCA.

É importante chamar a atenção para a arrecadação de julho de 2021 (R\$ 4.480,3 milhões), inflada pelo ingresso extraordinário de R\$ 922,0 milhões referentes ao pagamento de ICMS atrasado da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) após sua privatização. Mesmo deduzindo esse valor extra, o crescimento da arrecadação de ICMS entre janeiro e novembro ainda apresenta expressivo aumento real, de 15,4%.

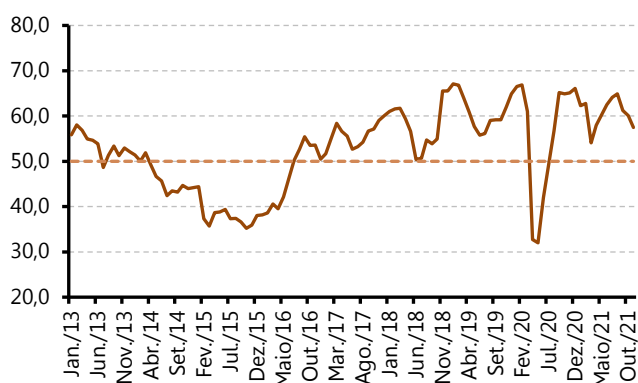
3.5 PERSPECTIVAS

Em relação aos próximos meses, as perspectivas para o desempenho da economia do Rio Grande do Sul continuam cercadas de grandes incertezas. Em relação à agropecuária, o final de 2021 foi marcado pela produção recorde de trigo, o que ajudou a impulsionar o setor. Para 2022, no entanto, a presença do fenômeno La Niña, em processo de intensificação no oceano Pacífico, ajuda a explicar o atual cenário de escassez de chuva no Estado, já com reflexos sobre a produção de milho. Para os primeiros meses de 2021, há indicações da continuidade do quadro de déficit hídrico, com possíveis efeitos adversos sobre a produção de soja, principal produto agrícola do Rio Grande do Sul.

Pelo lado da indústria de transformação, as boas notícias estão ligadas às atividades de veículos, reboques e carrocerias, que devem manter a aceleração da produção iniciada com a volta da fabricação de automóveis pela GM, e ao bom momento da atividade de máquinas e equipamentos, notadamente de máquinas agrícolas, que se tem beneficiado com os preços ele-

vados dos produtos agrícolas. Ao longo de 2021, houve aumento tanto das vendas internas quanto das exportações, principalmente para países sul-americanos com agricultura desenvolvida, como Argentina e Paraguai. De outro lado, o setor industrial deve enfrentar, ao longo de 2022, problemas ligados à macroeconomia, com inflação e juros altos. Quanto à confiança dos industriais, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-RS) do Rio Grande do Sul voltou a cair depois de agosto, indicando o reconhecimento, por parte dos empresários, das incertezas que cercam o desenvolvimento da atividade para os próximos meses (**Gráfico 3.7**).

Gráfico 3.7 - Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-RS) no Rio Grande do Sul — jan./2013-nov./2021

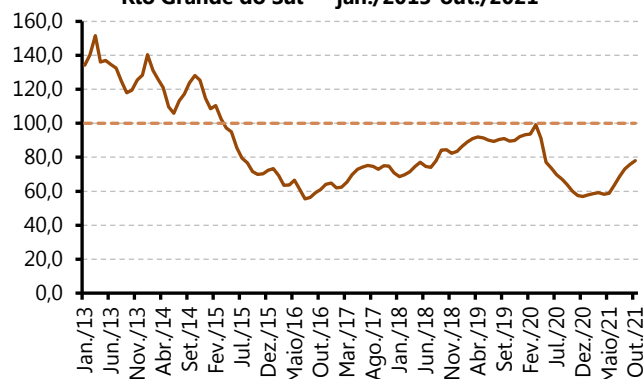


Fonte: FIERGS (2021).

Nota: O índice varia entre 0 e 100 pontos; valores acima de 50 pontos indicam otimismo.

Para o período à frente, o cenário do comércio permanece desafiador. A oscilação das vendas ao longo do 2.º sem./2021 deve permanecer para o começo de 2022, afetadas pela inflação alta e pela consequente elevação dos juros, que devem ter impactos negativos sobre o consumo de bens duráveis, principalmente. Ao mesmo tempo que os dados do mercado de trabalho indicam uma recuperação da ocupação, a renda do trabalho permanece estagnada em função da alta dos preços, o que deve trazer consequências negativas sobre as intenções de consumo das famílias. Embora o indicador que mede a Intenção de Consumo das Famílias Gaúchas (ICF-RS) venha apresentando recuperação ao longo dos últimos meses, ainda permanece em território negativo, indicando pessimismo em relação ao futuro (**Gráfico 3.8**).

Gráfico 3.8 - Intenção de consumo das famílias (ICF-RS) no Rio Grande do Sul — jan./2013-out./2021



Fonte: Fecomércio RS (2021).

Nota: O índice varia entre 0 e 200 pontos; valores acima de 100 pontos indicam otimismo.

De maneira geral, as perspectivas para os próximos meses não são positivas. Fatores macroeconômicos como pressão inflacionária, alta dos juros e renda do trabalho estagnada somam-se, no caso do Rio Grande do Sul, às dúvidas quanto à produção agrícola, sempre importante para determinar o desempenho econômico do Estado. Além disso, ainda há a incerteza quanto aos efeitos da nova variante do coronavírus, a Ômicron, sobre os números da pandemia e seus impactos sobre a economia mundial.

PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS

Tabela A.1 - Principais indicadores econômicos do Rio Grande do Sul e do Brasil — jul.-dez./2021

(%)

DISCRIMINAÇÃO	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21
Índice de atividade econômica						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,01	-1,01	0,22	2,13	-	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	3,69	1,79	-0,01	1,35	-	-
Acumulado em 12 meses	6,04	6,38	6,32	6,41	-	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-0,12	-0,45	-0,46	-0,40	-	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	5,10	4,06	0,69	-1,48	-	-
Acumulado em 12 meses	3,24	3,99	4,13	4,19	-	-
Produção industrial						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-2,70	1,39	1,05	2,71	-	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	1,52	0,39	-3,76	-2,19	-	-
Acumulado em 12 meses	12,86	13,02	11,95	11,39	-	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-1,38	-0,82	-0,59	-0,59	-0,24	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	1,32	-0,53	-4,09	-7,81	-4,43	-
Acumulado em 12 meses	7,03	7,23	6,44	5,64	5,00	-
Comércio						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	2,22	-5,91	-0,37	2,30	-	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	10,49	-0,53	-3,85	-2,48	-	-
Acumulado em 12 meses	3,93	4,05	3,37	2,94	-	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,42	-3,10	-1,03	-0,94	-	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	7,12	-0,10	-3,95	-7,08	-	-
Acumulado em 12 meses	8,36	8,00	6,98	5,74	-	-
Serviços						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	2,88	4,20	-1,68	-3,99	-	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	20,44	26,79	18,73	11,45	-	-
Acumulado em 12 meses	0,26	3,77	6,29	8,47	-	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,87	0,54	-0,75	-1,18	-	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	17,77	16,52	11,49	7,49	-	-
Acumulado em 12 meses	2,89	5,15	6,77	8,15	-	-
Preços						
IPCA-Porto Alegre						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,23	0,71	1,53	1,14	0,96	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	10,02	10,44	11,37	11,93	12,11	-
IPCA						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,96	0,87	1,16	1,25	0,95	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	8,99	9,68	10,25	10,67	10,74	-
IGP-DI						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,45	-0,14	-0,55	1,60	-0,58	1,25
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	33,37	28,22	23,45	20,97	17,17	17,74

Fonte dos dados brutos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE, 2021a).

Pesquisa Industrial Mensal (IBGE, 2021c).

Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2021d).

Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE, 2021e).

Banco Central do Brasil (2021b).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema de Expectativas de Mercado**. Brasília, DF: BCB, 2021a. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1**. Brasília, DF: BCB, 2021b. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Tabelas especiais**. Brasília, DF: BCB, 2021c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BANCO MUNDIAL. **World Bank commodity price data**. Washington, DC: World Bank, 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **COMEX STAT**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2021b. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Painel de informações do Novo CAGED**: outubro 2021. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2021c. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWZlIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWVM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>. Acesso em: 21 dez. 2021.

EMATER/RS. **Cotações agropecuárias**. Porto Alegre: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/info-agro/precos_semanais.php#.YMq11ahKjIU. Acesso em: 21 dez. 2021.

FECOMÉRCIO RS. **Intenção de consumo das famílias gaúchas**. Porto Alegre: Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <http://fecomerio-rs.org.br/pesquisas/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

FIERGS. **Índice de confiança do empresário industrial**. Porto Alegre: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.fiergs.org.br/numeros-da-industria/indice-de-confianca-do-empresario-industrial>. Acesso em: 21 dez. 2021.

GLOBAL CHANGE DATA LAB. **Our world in data**: daily new confirmed COVID-19 cases per million people. [Oxford]: Global Change Data Lab, 2021. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus-data-explorer>. Acesso em: 07 set. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 2021c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-regional/tabelas>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2021d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 2021e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 3.º trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – Referência 2010 – 3º trimestre 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021g. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>. Acesso em: 21 dez. 2021.

NETHERLANDS. Central Planning Bureau. **CPB world trade monitor**: nov. Haia: CPB, 2021.

OECD. **OECD economic outlook**: preliminary version. Paris: OECD, 2021. (n. 2).

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Receita dados**. Porto Alegre: SEFAZ, 2021a. Disponível em: <http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/paineis/arrecadacao/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021b. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 21 dez. 2021.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

dee.rs.gov.br